

Governo diz que obras nas casas afetadas pelos incêndios devem ficar concluídas na primavera

3 de Janeiro, 2019

A maioria das casas afetadas pelos incêndios de outubro de 2017 já estão reconstruídas e as obras das restantes devem ficar concluídas durante a primavera, disse ontem o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, citado pela Lusa.

“Durante a primavera, teremos todas as casas entregues às famílias, espero eu, salvo algum caso que, por razões legais, possa ter algum tipo de dificuldade”, disse aos jornalistas Pedro Marques, que esteve nos concelhos de Vouzela e de Tondela a entregar chaves de habitações que já foram reconstruídas.

O ministro frisou que “as casas não se constroem num estalar de dedos”, por mais que haja a vontade de que os empreiteiros trabalhem depressa. “Temos, por um lado, a sensação do dever cumprido cada vez que uma casa é concluída e é entregue às famílias, mas, por outro lado, sempre aquela inquietação de quem quer ver todo este trabalho concluído”, afirmou.

Tondela e Vouzela, no distrito de Viseu, foram dois dos concelhos mais afetados pelas chamas que deflagraram a 15 de outubro de 2017 e que atingiram 32 concelhos. Ao fazer um ponto de situação do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente, a presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Ana Abrunhosa, disse que, dos mais de 800 pedidos contemplados, 796 foram relativos a habitações total ou parcialmente destruídas pelas chamas, que implicam 56,9 milhões de euros do Orçamento do Estado.

“Destas, estão concluídas 455 habitações e, em diferentes fases de execução, temos 334 habitações”, explicou Ana Abrunhosa, acrescentando que há ainda “sete habitações de reconstrução parcial, onde as pessoas estão a viver, que não iniciaram a reconstrução”, por não terem conseguido empreiteiro para as pequenas obras. Até ao momento, foram pagos 30,6 milhões de euros às famílias e às empresas de construção, acrescentou a responsável.

Durante os seus discursos, quer o presidente da Câmara de Tondela, José António Jesus, quer o de Vouzela, Rui Ladeira, aludiram à necessidade de serem tomadas medidas excecionais para evitar outra tragédia da dimensão da de outubro de 2017.

“Não deixaremos de alertar para a obrigação de se criarem medidas excecionais, num quadro legislativo nacional, de verdadeira proteção civil, que permita erradicar as infestantes de regeneração espontânea,

principalmente eucaliptos, que crescem de forma descontrolada junto a habitações e à rede viária”, disse o autarca de Tondela.

Na sua opinião, “isso não pode ser mera gestão de faixa de combustível, terá de ser garantido com a mobilização dos solos, pois só assim será assegurada a extinção deste grave problema”. “Seria lamentável se, daqui a escassos anos, estivéssemos a assistir a uma fatalidade idêntica à de 2017”, considerou.

Rui Ladeira alertou que, “depois deste incêndio, surgiram graves, gravíssimos problemas, que vão demorar anos, ou mesmo décadas, a solucionar ou a minimizar”, pedindo soluções, por exemplo, para o ordenamento da paisagem e para a ocupação do espaço florestal e agrícola.

“Há medidas urgentes que têm que ser adotadas imediatamente para evitar uma calamidade similar, que poderá ocorrer no prazo de uma década, no nosso concelho e na região destruída por este incêndio”, sublinhou.